

RECOMENDAÇÕES DO MAPA DAS DESIGUALDADES 2024 PARA MELHORIAS NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO DF

SOBRE O INESC

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) é uma organização da sociedade civil que atua há 46 anos na promoção, proteção e defesa dos direitos humanos. Seu alcance se estende pelos âmbitos local, nacional e internacional, tornando-se uma referência no monitoramento e análise do orçamento de políticas públicas.

ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Uma das áreas centrais do trabalho do Inesc é o monitoramento do Orçamento Público, envolvendo tanto as receitas quanto as despesas do Estado. O objetivo é garantir transparência e justiça fiscal na distribuição dos recursos, observando como essas decisões impactam diretamente a realização dos direitos fundamentais das pessoas.

METODOLOGIA “ORÇAMENTO E DIREITOS”

O Inesc desenvolveu a metodologia “Orçamento e Direitos”, que integra a análise das receitas e despesas públicas sob a ótica dos direitos humanos. Por meio dessa metodologia, são abordadas questões essenciais:

- Justiça fiscal: Avaliação da progressividade do sistema tributário, verificando se aqueles que têm maior rendimento contribuem proporcionalmente mais em impostos.

- Progressividade de direitos: Análise da ampliação e efetivação dos direitos sociais de forma equitativa.
- Utilização máxima de recursos: Verificação se o Estado utiliza todos os recursos disponíveis para efetivar os direitos humanos.
- Não discriminação na arrecadação e distribuição de recursos: Observação da priorização de investimentos públicos para populações historicamente vulnerabilizadas, como negras, indígenas e periféricas.
- Participação social: Avaliação do envolvimento da sociedade na formulação de políticas públicas e na definição de prioridades.

COMPROMISSO COM A EQUIDADE E PARTICIPAÇÃO

O trabalho do Inesc reafirma o compromisso com a justiça social e a equidade na alocação dos recursos públicos, propondo a construção de políticas orientadas pelos princípios dos direitos humanos. A organização incentiva a participação social e oferece formação para que grupos historicamente vulnerabilizados tenham ferramentas para exercer o controle social, participando de espaços de decisão. Um exemplo dessa atuação é o projeto Mapa das Desigualdades, apoiado pelo Fundo Distrital de Combate à Corrupção (FDCC), que, em seu primeiro termo de fomento, possibilitou que grupos de juventudes periféricas se envolvessem diretamente na análise de dados públicos.



inesc



MAPA DAS
DESIGUALDADES
2025

Projeto realizado com apoio do FDCC - Termo de Fomento nº 01/2024



FDCC

DESAFIOS NO ACESSO A DADOS E MONITORAMENTO

Durante a elaboração do Mapa das Desigualdades - documento elaborado de forma participativa com o objetivo de desvelar as enormes distâncias entre centro e periferia no DF - um grupo de jovens de regiões periféricas analisou dados de 2024 da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada pelo IPE/DF. Diferente dos anos anteriores, desta vez não foi possível acessar os microdados em formato aberto, o que dificultou o cruzamento de informações entre as regiões administrativas e evidenciou ainda mais as diferenças entre o centro e as periferias no

Distrito Federal. Por conta disso, parte do trabalho precisou ser feita manualmente, ao contrário das edições anteriores.

Além desse problema, outros obstáculos afetam não só o desenvolvimento do Mapa das Desigualdades, mas também o acompanhamento de políticas distritais importantes, como as ligadas à educação. Iniciativas do Inesc, tais como os projetos Malalas do Cerrado e Onda, direcionadas para crianças e adolescentes, também enfrentam dificuldades com o acesso e análise do orçamento público.

RECOMENDAÇÕES AO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO DF

O portal de transparência do Distrito Federal oferece informações úteis para acompanhar a execução orçamentária. Porém, muitos dados ainda precisam estar disponíveis em formato acessível, permitindo que a população compreenda e fiscalize a distribuição dos recursos públicos entre diferentes políticas. Destacamos abaixo algumas recomendações fundamentais para garantir mais transparência e respeito à Lei de Acesso à Informação:

1. As propostas de leis orçamentárias, como o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), devem ser disponibilizadas em formato aberto e planilhas filtráveis, facilitando diferentes tipos de análise. Atualmente, esses documentos são divulgados de forma fechada e fragmentada, prejudicando o acesso.
2. As despesas devem ser apresentadas a partir do que foi autorizado, e não apenas do que foi empenhado, garantindo a transparência do que de fato foi executado ou pode ser cobrado pela população. Além disso, também é necessário que sejam disponibilizados os dados dos restos a pagar, viabilizando o conhecimento sobre o que de fato foi gasto no ano corrente.
3. Gastos com obras, como a construção de escolas, devem ser regionalizados, possibilitando saber a destinação por região e se áreas mais vulnerabilizadas estão sendo priorizadas. Atualmente os dados não são regionalizados.
4. O Portal deve facilitar análises da linha do tempo das áreas, pois é difícil analisar a execução orçamentária das políticas ao longo do tempo, o que ajudaria a verificar se os governos cumprem promessas ou seguem o que foi planejado nos Planos Plurianuais.
5. É necessário que haja avanços na desagregação dos dados por gênero e raça, considerando que as mulheres e a população negra são reconhecidas como público prioritário em muitas políticas públicas.

Cabe à Controladoria Geral do DF a responsabilidade sobre o Portal de Transparência, bem como ao FDCC fomentar informações cada vez mais acessíveis, pois só com transparência se combate a corrupção e possibilita que a população faça controle social e se mobilize por direitos, permitindo uma sociedade menos desigual.